

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	13
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	14

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	15
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	38
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	39
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	46
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	47
10.8 - Plano de Negócios	48
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2021, a qual será revisada após a conclusão do mapa de riscos que está sendo elaborado por consultoria externa contratada pela Companhia.

A Companhia entende que a gestão de riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades organizacionais, contribuindo para a evolução estruturada e sustentável de seus resultados financeiros e rentabilidade, consolidando sua imagem de empresa sólida, eficiente e socialmente responsável. Portanto, o documento define os riscos aos quais a Companhia está exposta e define medidas que viabilizam o seu gerenciamento.

Não obstante, após um ano da criação da Terra Santa Propriedades Agrícolas, a Companhia, visando efetuar uma análise geral dos riscos a que está exposta no curso de suas atividades, optou por contratar a consultoria Deloitte para auxiliar na reestruturação do Processo de Gestão de Riscos Empresariais, considerando dentre outras atividades, a proposição das áreas de governança, a documentação dos riscos estratégicos e a classificação dos riscos, considerando as melhoras práticas de mercado.

- b) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

- i. **os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia monitora os seus riscos e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em quatro principais grupos:

Riscos Estratégicos: são aqueles associados à tomada de decisão pela alta administração e/ou decorrentes da falta de capacidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. São gerenciados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com o apoio dos comitês executivos;

Riscos Financeiros: são aqueles associados à exposição das operações financeiras (mercado, crédito e liquidez). São gerenciados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com apoio do departamento administrativo;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos Operacionais: são aqueles associados à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos, e;

Riscos Regulatórios: são aqueles associados à exposição da empresa ou de seus ativos a possíveis medidas ou alterações legais que possam ter impacto negativo sobre a sua atividade ou rentabilidade.

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Companhia compreende os principais riscos constantes das categorias acima, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

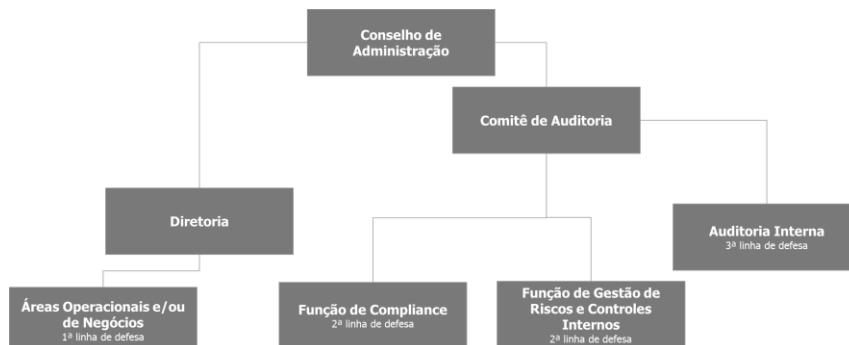
Adicionalmente às diretrizes existentes na Política de Gerenciamento de Riscos, a Terra Santa Propriedades Agrícolas adota procedimentos complementares para controle e mitigação de riscos, como:

- Políticas e normas corporativas para orientar e direcionar seus públicos de relacionamento para alcançar os objetivos definidos pela Companhia;
- Áreas de Compliance para garantir a aplicação das diretrizes descritas no Código de Conduta; e
- Procedimentos internos operacionais para orientar e direcionar os colaboradores quanto aos principais processos.

iii. a estrutura gerencial de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia formalmente aprovada é organizada conforme o organograma e a descrição abaixo:



Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições: Aprovar e revisar a política de gestão de riscos e acompanhar a sua implementação;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar os riscos estratégicos da Companhia
- Definir o apetite a riscos da Companhia;
- Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da Companhia aos limites estabelecidos;
- Definir os direcionamentos e decisões levados pelo Comitê de Auditoria para aprovação.

Compete ao Comitê de Auditoria, além do seu regimento específico:

- opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, e possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Compete à Diretoria Executiva, dentre outras atribuições:

- Garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês (estatutário ou não), do Conselho Fiscal (quando instalado), da Auditoria Interna e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

Compete à Função de Compliance, exercida pela gerente do departamento de Relações com Investidores, entre outras ações:

- analisar situações não previstas no Código de Conduta e definir procedimentos;
- apurar as ocorrências relatadas no canal de denúncias e direcioná-las para devida apuração e investigação, submetendo suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis aos casos concretos;
- revisar anualmente o Código de Ética e Conduta e atualizá-lo sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração; e
- promover treinamentos periódicos a respeito do conteúdo do Código de Ética Conduta e das demais políticas e procedimentos da Companhia.

Com relação as funções de gerenciamento de riscos e controles internos, a Companhia contratou empresa de auditoria para mapeamento dos riscos e, posteriormente, definirá e implementará essas funções na Companhia. Da mesma forma, com relação a auditoria interna, a Companhia contratará anualmente empresa especializada terceirizada para realização de auditoria interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para a verificação da política adotada**

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia constituiu o seu Comitê de Auditoria Estatutário e aprovou a sua Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos. Além disso, a Companhia, visando efetuar uma análise geral dos riscos a que está exposta no curso de suas atividades, optou por contratar a consultoria Deloitte para auxiliar na reestruturação do Processo de Gestão de Riscos Empresariais e Controles Internos, considerando dentre outras atividades, a proposição das áreas de governança (Gestão de Riscos e Controles Internos), a documentação dos riscos estratégicos e a classificação dos riscos, considerando as melhores práticas de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia não possui política específica para gerenciamento de riscos de mercado, visto que a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos mencionada no item 5.1 deste Formulário de Referência cobre também riscos mercadológicos.

- b) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

As práticas adotadas pela Companhia para monitoramento dos riscos de mercado, estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos mencionada no item 5.1, possuem por objetivo evitar ou mitigar eventuais efeitos adversos nas suas atividades.

i. **os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, notadamente, os riscos de crédito, de taxa de câmbio e dos preços das commodities.

ii. **a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Periodicamente, é feita uma avaliação do potencial impacto no fluxo de caixa da Companhia da exposição aos fatores de risco de mercado supramencionados, para sustentar o processo de tomada de decisão em relação à estratégia de proteção adequada, que poderá incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição do balanço patrimonial. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho de Administração.

iii. **os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

O modelo de negócios da Companhia consiste na compra, venda e arrendamento de suas terras. A Companhia possui duas grandes fontes de receita, a saber: (i) arrendamento/parceria de suas terras, e (ii) eventual venda de terras. O fluxo de recebíveis poderá ser em reais ou estar indexado à commodities de referências (como, por exemplo, soja ou cana-de-açúcar). Quando o recebível estiver indexado à commodity, faremos a gestão do risco de preços da commodity e da taxa de câmbio inerente à própria commodity. Para proteger esse fluxo poderemos fixar os preços diretamente com o arrendante, com a trading ou com bancos, por meio de instrumentos para a proteção cambial quando houver exposição a moedas estrangeiras, tal como indicado no item (i) acima, tais como (a) swaps, (b) NDF

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(contrato a termo de moeda sem entrega física), e (c) opções caso celebre contratos que estejam sujeitos à variação cambial no futuro. A escolha por cada tipo de contrato vai depender da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como liquidez dos contratos. A contratação desse instrumento financeiro deverá ser feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia administra esses instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreada em suas operações e não utiliza tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (hedge). A Companhia não possui política de hedge formalizada.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para gerenciamento dos riscos de mercado a Companhia aplica parâmetros definidos por seu Conselho de Administração.

A Companhia informa que não possui limites (mínimo e máximo) de exposição permitidos em sua prática de hedge para os riscos de mercado identificado no item 4.2 deste Formulário de Referência, analisando a contratação caso a caso de forma a reduzir a exposição da Companhia a estes riscos.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posições intencionais com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Cabe a Diretoria da Companhia monitorar periodicamente os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e apresenta-los nas reuniões do Conselho de Administração que passará as diretrizes a serem seguidas.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para a verificação da política adotada

A administração da Companhia monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a) As principais práticas de controles interno e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências aprovadas para corrigi-las**

A Companhia tem suas demonstrações financeiras preparadas conforme as principais práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB)).

Trimestralmente, as informações financeiras da Companhia são objeto de revisão limitada por parte dos auditores externos. Como resultado desse trabalho, é emitido o relatório sobre as Informações Financeiras da Companhia para as bases trimestrais e o relatório sobre as demonstrações financeiras para a base anual, mediante auditoria completa. Além disso, anualmente é emitida um “Relatório Circunstanciado”, que serve de orientação para correção e aperfeiçoamento dos controles internos da companhia.

- b) As estruturas organizacionais envolvidas**

A Terra Santa Propriedades Agrícolas está em fase de conclusão de sua estrutura de controles internos, que contará com:

- Riscos e Controles Internos (contratação de auditoria independente para execução desse trabalho)
- Auditoria interna (contratação de auditoria independente anual)
- Compliance
- Comitê de Auditoria

- c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Foi implementado procedimento mediante o qual para cada deficiência apresentada é solicitado à área competente a elaboração de um plano de ação, nome do responsável e data de implantação.

A Diretoria Administrativa é responsável pela condução deste processo.

- d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, emitiram carta de recomendações e identificaram uma única deficiência

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

significativa relacionadas aos controles internos da Companhia, apontando que foram preparadas em um ambiente susceptível a erros materiais durante o exercício de 2021, principalmente no trimestre findo em setembro de 2021.

Os ajustes identificados no processo de revisão das informações financeiras intermediárias (principalmente em setembro de 2021), bem como a falta de tempestividade para identificar e reconhecer aspectos técnicos relevantes para a preparação das referidas informações financeiras remetem à um risco de erro material no seu processo de preparação e apresentação.

Por fim, o auditor entendi que os temas acima, identificados e reportados ao longo do exercício, foram endereçados pela administração ao longo dos últimos meses do ano de 2021 e no início do exercício de 2022, com impactos positivos já identificados para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Acerca das deficiências apontadas no item 5.3 “d” acima, a administração da Companhia apresentou uma série de ações a serem implementadas no exercício de 2022, conforme a seguir: (a) Adoção de cronograma dos trabalhos com a PWC para 2022; (b) Implantação do Management Accounting Review (MAR) para apresentar ao CEO a análise de variação do mês no BP e DRE; (c) Adoção de checklist para execução e revisão das DF's; (d) Fechamento contábil mensal até o 5º. dia útil e (e) Revisão dos registros contábeis no resultado de forma mensal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) **Se o emissor possui regras, políticas ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**
- i. **Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando em que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

No contexto da abertura de capital, a Companhia revisou seu Código de Ética e Conduta visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Ética e Conduta estabelece o compromisso absoluto em cumprir as normas aplicáveis nas relações com a Administração Pública, definindo vedações e orientações voltadas ao combate à corrupção.

O Código de Ética e Conduta, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2021, define a missão, visão, valores e princípios da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) responsabilidade socioambiental; (ii) transparência e confidencialidade das informações; (iii) normas para o relacionamento com fornecedores, clientes, acionistas, comunidades e entidades governamentais; (iv) esclarecimentos sobre o canal de denúncias, e; (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

O Código de Ética e Conduta também prescreve orientações acerca de como os colaboradores devem proceder diante de dúvidas sobre a aplicação e o conteúdo das regras.

Além do Código de Ética e Conduta, a Companhia adota um Canal de Ética e Denúncia, que tem por objetivo permitir que a administração da Companhia tenha conhecimento das possíveis falhas que possam ocorrer no dia a dia e realize a melhoria contínua de seus processos, reputação e imagem.

- ii. **As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

As seguintes estruturas organizacionais estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade:

- **Conselho de Administração:** responsável por aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Comitê de Auditoria:** responsável por: (a) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (b) receber reportes periódicos da Função de Compliance sobre as investigações conduzidas e autorizar a contratação de investigação independente, quando necessário;
- **Diretoria Executiva:** responsável por promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo;
- **Função de Compliance:** A Companhia está em processo de instalação da sua função de compliance, que será responsável por, dentre outros: (a) analisar situações não previstas no Código de Conduta e definir procedimentos; (b) apurar as ocorrências relatadas no canal de denúncias e direcioná-las para devida apuração e investigação, submetendo suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis aos casos concretos; (c) revisar anualmente o Código de Ética e Conduta e atualizá-lo sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração; (d) promover treinamentos periódicos a respeito do conteúdo do Código de Ética Conduta e das demais políticas e procedimentos da Companhia. Atualmente, a Função de Compliance da Companhia é exercida pela gerente do departamento de Relações com Investidores; e
- **Auditoria Interna:** A Companhia está em processo de instalação da sua auditoria interna, que será responsável por, dentre outros, aferir a qualidade e adequação dos controles internos e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações da Companhia. Ao longo do segundo semestre de 2022, será contratada empresa especializada para realização do trabalho de auditoria interna.

iii. **Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

Sim, a Companhia possui o Código de Ética e Conduta, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2021.

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros como fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados**

Conforme disposto no item “A Quem se Aplica” do Código de Ética e Conduta, o documento se aplica a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo administradores, diretores, conselheiros, membros de comitês, empregados e estagiários, além de se aplicar a clientes, fornecedores, parceiros e acionistas da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Conforme o disposto no item “Abrangência do Código de Ética e Conduta” do Código de Ética e Conduta, a Companhia promove treinamentos, com periodicidade mínima anual, a todos os seus colaboradores sobre a aplicação das disposições do Código de Ética e Conduta e sobre as leis anticorrupção aplicáveis à Companhia. Ainda não foram promovidos treinamentos aos diretores, membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Conforme item “Medidas Disciplinares” do Código de Ética e Conduta, qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Ética e Conduta ou a legislação vigente estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência oral e/ou por escrito; (ii) suspensão, e; (iii) rescisão do contrato de trabalho (com ou sem justa causa).

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de maio de 2021, e está disponível em www.cvm.gov.br e no website da Companhia (terrasantapa.com.br).

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **Se o canal de denúncia é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética e Denúncia garante a confidencialidade das informações, pois o mesmo é administrado por uma empresa terceirizada, a Legal Ética

- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias apenas de empregados**

O canal está aberto para públicos interno e externo

- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética e Denúncias assegura a confidencialidade das informações recebidas e o anonimato dos denunciantes.

Nos termos do seu Código de Ética e Conduta, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Ética e Conduta, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Órgão do emissor responsável pela apuração das denúncias**

A Função de Compliance é responsável pela apuração das denúncias recebidas através do Canal de Ética e Denúncias, reportando-as ao Comitê de Auditoria.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Apesar de não possuir procedimentos formais que tratem deste tema, o Departamento Jurídico da Companhia realiza análises de riscos na realização de quaisquer operações societárias de forma a evitar e coibir práticas irregulares ou riscos de integridade advindos de tais operações societárias.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles neste sentido

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito neste item 5.4.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos”

Para fins de adequação à listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia também constituiu Comitê de Auditoria Estatutário e revisou seu Código de Ética e parte de suas políticas e procedimentos internos. Além disso, a Companhia está em processo de estruturação e implementação de suas políticas de gerenciamentos de riscos, controles internos e compliance, que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Embora a Companhia não possua uma política específica para tratar o fator de risco “Determinado acionista detém, direta e indiretamente, participação acionária relevante no nosso capital social, o que permitirá, eventualmente, a configuração de um “controle minoritário” na Companhia”, notou-se o aperfeiçoamento da Governança Corporativa da Companhia desde sua abertura de capital, incluindo-se: (i) instalação de Conselho Fiscal; (ii) participação de Membro do Conselho de Administração por membro indicado por acionista com participação inferior a 5%; (iii) valorização das ações; (iv) pagamento de dividendos; dentre outros mecanismos que só aumentaram a Governança da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Diretores devem comentar:

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras combinadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras combinadas sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras combinadas para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras combinadas; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras combinadas ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 0,45 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 23.215 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 84.859 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um ativo circulante total de R\$ 43.065 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$34.198 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 9.501 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um ativo circulante total de R\$ 13.884 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$426 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019, totalizava R\$ 1.493 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um ativo circulante total de R\$ 30.260 mil sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$7.616 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2018, totalizava R\$ 5.164 mil.

Indicadores Financeiros

A seguir, são apresentados os principais indicadores de liquidez:

Índices de Liquidez	Em 31 de dezembro			
	2021	2020	2019	2018
Índice de Liquidez Corrente				
(Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,11	4,53	9,29	5,85
Índice de Liquidez Geral				
(Ativo Total/Passivo Total)	3,21	7,24	10,79	10,97
Índice de Liquidez Total				
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	0,45	0,16	0,10	0,10

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez corrente (ativo circulante /passivo circulante) foi de 1,11x, contra 4,53x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 9,29x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 5,85 apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução é resultado do aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil por conta da reorganização societária fruto da operação com a SLC Agrícola.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez geral (ativo total/passivo total) foi de 3,21x, contra 7,24x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 10,79x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 10,97 apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O Índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez total (passivo circulante + não circulante/ patrimônio líquido) foi de 0,45x, contra 0,16x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e 0,10x nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Em 2019 e 2018, esse índice foi inferior pois a Companhia possuía a conta de empréstimos e financiamentos praticamente zeradas. Em 2021, com a reestruturação societária da Terra Santa Agro, foi realizado aporte de dívidas da TS Brasil.

Adicionalmente, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que estão garantidos em alienação fiduciária de bens imóveis com terras registradas em seu patrimônio e de suas controladas no valor total de R\$ 67.366 mil.

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	314.572	103.937	78.167	75.063
Capital próprio (patrimônio líquido)	696.064	648.670	765.376	748.466
Capital total (terceiros + próprio)	1.010.636	752.607	843.543	823.529
Parcela de capital de terceiros	31,1%	13,8%	9,3%	9,1%
Parcela de capital próprio	68,9%	86,2%	90,7%	90,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 696.064 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 314.572 mil, ou seja, 31,1% de capital de terceiros e 68,9% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$648.670 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 103.937 mil, ou seja, 13,8% de capital de terceiros e 86,2% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$765.376 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 78.167 mil, ou seja, 9,3% de capital de terceiros e 90,7% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$748.466 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 75.063 mil, ou seja, 9,1% de capital de terceiros e 90,9% de capital próprio.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2021 eram de 3,21 e 1,11, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 72.367 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos quatro últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo apresenta o nível de endividamento relevante da Companhia em vigor em 31 de dezembro de 2021:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		Custo médio ponderado	Controladora	Consolidado
Modalidade	Indexador	Taxa de juros	2021	2021
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	R\$	3,50% a.a.		939
Crédito à Exportação	R\$	12,40% a.a.	26.166	26.166
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	14,80% a.a.	45.262	45.262
Total		13,79% a.a.	71.428	72.367

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Contrato	Contraparte	Data Contratação	Data Vencimento	Moeda	Captação R\$	Indexador	Custo Total	Saldo Balanço (Data Base 31/03/2021)	Garantia
40.011-14	ABC PPE	10/07/2014	17/10/2022	Reais	22.120.000,00	CDI + 3%	12,4%	26.166.632	Fiança
1032678	Santander CCE	08/12/2020	05/12/2022	Reais	20.988.485,00	12%	12,0%	14.092.029	Nota promissória AF de imóvel
1034761	Santander CCE	08/03/2021	13/03/2023	Reais	10.000.000,00	13,60%	13,6%	10.393.740	Aval
40.00535-6	Banco do Brasil	15/01/2014	16/01/2023	Reais	3.387.420,00	3,50%	3,5%	938.773	Fiel depositário
0317/20	Pine CCE	28/09/2020	28/09/2023	Reais	13.000.000,00	CDI + 7,4424%	17,3%	9.972.400	AF de imóvel
0132/18	Pine CCE	25/05/2018	28/09/2023	Reais	27.000.000,00	CDI + 7,4424%	17,3%	10.803.433	Garantidor
									Nota promissória AF de imóvel
									Garantidor
									Nota promissória AF de imóvel

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos celebrados com o Banco Santander, dívidas tomadas pela Terra Santa Agro que foram transferidas à Companhia no âmbito da Reorganização Societária, possuem as seguintes restrições: (i) *covenants* financeiros com limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado; e (ii) manutenção de participação mínima de determinados acionistas da Companhia à época.

Em complemento, consigna-se, nos termos dos contratos celebrados com o Banco Santander, que os termos “Dívida Financeira Líquida” e “EBITDA Ajustado” adotam as seguintes definições:

“Dívida Financeira Líquida”: significa a soma de todas as obrigações financeiras (empréstimos bancários, *floor plan* e *seller finance*), sejam elas de curto ou longo prazo, e deste montante devem ser deduzidas as disponibilidades (caixas e aplicações financeiras líquidas – 365 dias).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

“**EBITDA Ajustado**”: significa, para qualquer período, EBITDA do respectivo período ajustado para (a) excluir os efeitos dos seguintes itens para tal período: (i) qualquer variação no valor ajustado no mercado de ativos biológicos; (ii) qualquer variação na receita operacional líquida resultante da contabilidade do *hedge* adotado pela Companhia e suas subsidiárias de acordo com GAAP; e (iii) qualquer disparidade dos recebidos e taxas de crédito da Companhia e suas subsidiárias listadas no Anexo ao contrato; e (b) inclusos os efeitos de qualquer receita ou despesa para o respectivo período resultados de (i) transações derivadas de qualquer contrato de câmbio estrangeiro, contrato ou acordo de troca de moeda estrangeira, ou outro contrato ou acordo similar, celebrado a fim de proteger o risco cambial da Companhia e suas subsidiárias, e (ii) quaisquer variações cambiais que são refletidas nas demonstrações de resultados consolidados da Companhia relacionadas às contas a receber ou contas a pagar da Companhia e suas subsidiárias em razão de qualquer diferença entre a data de faturamento relevante e a data de pagamento.

A tabela a seguir apresenta as medições de tais *covenants* realizadas nos três últimos exercícios sociais:

Indicadores nos termos deste contrato (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 5,2 vezes	-0,57	-0,68	-0,02	-0,11
Dívida Financeira Líquida	-49.152	-34.198	-426	-3.467
EBITDA Ajustado	86.212	49.950	30.794	33.756

Ademais, não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas acima.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima nos termos repactuados.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Receita líquida de vendas de produtos agrícolas	73.850	100%	52.070	100%	42%
Receita de arrendamento	30.417	41%	-		-
Custos dos produtos vendidos	-7.140	-10%	-4.044	-8%	77%
Lucro bruto	97.127	132%	48.026	92%	102%
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-14.309	-19%	-1.314	-3%	989%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-7.543	-10%	1.612	3%	-568%
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-	-	-		-
Receitas (despesas) operacionais	-21.852	-30%	298	1%	-7433%
Lucro operacional	75.275	102%	48.324	93%	56%
Receitas financeiras	2.606	4%	7.884	15%	-67%
Despesas financeiras	-17.552	-24%	-415	-1%	4129%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Variações cambiais, líquidas	255	0%	-		-
Resultado financeiro	-14.691	-20%	7.469	14%	-297%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	60.584	82%	55.793	107%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-6.135	-8%	-		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-16.425	-22%	-19.080	-37%	-14%
Lucro líquido do período	38.024	51%	36.713	71%	4%

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas de produtos agrícolas e receita de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 104.267 mil comparativamente a R\$ 52.070 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 100%.

A receita líquida em 31 de dezembro de 2021, compreende as receitas de contratos com clientes, as quais foram originadas na venda de produtos agrícolas produzidos em regime de parceria agrícola, e as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas a partir de 1º de setembro de 2021 e que representa o novo modelo de negócio do Grupo.

Custos de produtos vendidos

Custos de produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 7.140 mil comparativamente a R\$ 4.044 mil no exercício de 2020, o que representou uma variação 77%.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 97.127 mil comparativamente a R\$ 48.026 mil em 2020, o que representou uma variação de 102%. O Lucro bruto representou 97% e 98% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 14.309 mil comparativamente a R\$ 1.314 mil no exercício de 2020, o que representou uma variação de 989%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representaram -14% e -2% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a contratações de prestações de serviços, remuneração dos administradores e despesas com pessoal, com o início das atividades da TSPA no ano de 2021, onde no ano de 2020 a TS Brasil possuía somente despesas referentes ao manejo da madeira e depreciações.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (7.543) mil comparativamente a R\$ 1.612 mil no exercício de 2020. Outras receitas (despesas) líquidas representaram -15% e 31% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente por alguns fatores, baixas do ativo imobilizado de acordo com o inventário, depreciação e contingência.

Lucro operacional

Lucro operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 75.275 mil comparativamente a R\$ 48.324 mil em 2020, o que representou uma variação de R\$ 26.951 mil ou 56%. Lucro operacional representou 38% e 7% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente as receitas de arrendamento operacionais,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

referente ao arrendamento de propriedades agrícolas a partir de 1º de setembro de 2021 e que representa o novo modelo de negócio do Grupo.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.606 mil comparativamente a R\$ 7.884 mil em 2020, o que representou uma variação de -R\$ 5.278 mil ou -67%. Receitas financeiras representaram 2% e 15% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Essa variação refere-se substancialmente aos juros de partes relacionadas com a Terra Santa Agro, em 31 de dezembro de 2020 havia contrato de mutuo entre as empresas.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 17.552 mil comparativamente a R\$ 415 mil em 2020, o que representou uma variação de R\$ 17.137 mil ou 4129%. Despesas financeiras representaram -17% e -1% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído pelo juros de financiamentos em 31 de dezembro de 2020 onde a companhia não possuía financiamentos, pela atualização monetária de contingencia, pelo Break of found fee, pelos juros referente ao adiantamento de arrendamento e pelo IOF.

Variações cambiais, líquidas

Variações cambiais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 255 mil comparativamente a R\$0 mil em 2020, o que representou uma variação de R\$ 255 mil. Variações cambiais, líquidas representaram 0% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de -R\$ 14.691 mil comparativamente a R\$ 7.469 mil em 2020, o que representou uma variação de -R\$ 22.160 mil ou --297%. Resultados financeiros representaram -14% e 14% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído pelos juros de financiamentos em 31 de dezembro de 2020 a companhia não possuía financiamentos, pela atualização monetária de contingencia, pelo Break of found fee, pelo juros referente ao adiantamento de arrendamento e pelo IOF em contrapartida houve uma variação juros ativo referente a partes relacionadas com a Terra Santa Agro, em 31 de dezembro de 2020 havia contrato de mútuo entre as empresas.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 60.584 mil comparativamente a R\$ 55.793 mil em 2020, o que representou uma variação de R\$ 4.791 mil ou 9%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 58% e 107% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente pelo diferido do prejuízo fiscal e acordo de associação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$16.425 mil comparativamente a R\$ 19.080 mil em 2020, o que representou uma variação de -R\$ 2.655 mil ou -14%. Imposto de renda e contribuição social diferidos representaram -16% e -37% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente pelo diferido do prejuízo fiscal e acordo de associação.

Lucro líquido do período

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro líquido do período no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 38.024 mil comparativamente a R\$ 36.713 mil em 2020, o que representou uma variação de R\$ 1.311 mil ou 4%. O lucro líquido do período representou 36% e 71% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. No exercício findo em 31 de setembro de 2021, a TESA (ainda na condição de controladora do Grupo) individualmente representou 100% das vendas realizadas. A partir de 1º de setembro de 2021, as receitas de arrendamento operacional foram 100% obtidas com a TESA, já operando com controladores diferentes.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita líquida de vendas	52.070	100%	35.923	100%	45%
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-	-	-239	-1%	-100%
Custos dos produtos vendidos	-4.044	-8%	-3.948	-11%	2%
Lucro bruto	48.026	92%	31.736	88%	51%
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-1.314	-3%	-2.436	-7%	-46%
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-166	0%	239	1%	-169%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.778	3%	-12.385	-34%	-114%
Receitas (despesas) operacionais	298	1%	-14.582	-41%	-102%
Lucro operacional	48.324	93%	17.154	48%	182%
Receitas financeiras	7.884	15%	12.784	36%	-38%
Despesas financeiras	-415	-1%	-1.840	-5%	-77%
Variações cambiais, líquidas	-	-	-96	0%	-100%
Resultado financeiro	7.469	14%	10.848	30%	-31%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	55.793	107%	28.002	78%	99%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	-1.282	-4%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-19.080	-37%	-9.573	-27%	99%
Lucro líquido do exercício	36.713	71%	17.147	48%	114%

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$52.070 mil comparativamente a R\$35.923 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$16.147 mil ou 45%. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja no período, decorrente de 29% a mais de volume com preço 12% maior quando comparados a igual período do ano anterior.

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$0 mil comparativamente a -R\$239 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$239 mil. Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas representou 0% e -1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a ausência de estoque disponível para venda no período de 2020.

Custos de produtos vendidos

Custos de produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.044 mil comparativamente a R\$3.948 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$96 mil ou 2%. Custos de produtos vendidos representou -8% e -11% da receita líquida nos exercícios sociais findos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. O Custo do produto vendido na Companhia é representado substancialmente pela depreciação dos ativos, apresentando estabilidade.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$48.026 mil comparativamente a R\$31.736 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$16.290 mil ou 51%. Lucro bruto representou 92% e 88% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior comercialização de soja em 2020.

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.314 mil comparativamente a R\$2.436 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$1.122 mil ou -46%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representou -3% e -7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a atualizações das provisões de honorários advocatícios referente a contingências tributárias realizadas no período.

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de -R\$166 mil comparativamente a R\$239 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$405 mil ou -169%. Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis representou 0% e 1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento de provisões de perdas com clientes.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.778 mil comparativamente a -R\$12.385 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$14.163 mil ou 114%. Outras receitas (despesas) líquidas representou 3% e -34% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a ajuste do valor de terras para exploração em 2019.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$298 mil comparativamente a -R\$14.582 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$14.880 mil ou 102%. Receitas (despesas) operacionais representou 1% e -41% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variação das contas da linha outras receitas (despesas) líquidas no montante de R\$14.163 mil, conforme descrito a seguir e na tabela abaixo: (i) baixas de ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020 R\$ 6 mil (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 18.587 mil); (ii) resultado positivo na alienação de terras R\$ 6.155 mil em 31 de dezembro de 2019; (iii) recuperação de despesas em 31 de dezembro de 2020 R\$ 1.813 mil (em 31 de dezembro de 2019 R\$402 mil); (iv) provisão para contingências em 31 de dezembro de 2020 R\$14 mil (em 31 de dezembro de 2019 R\$284 mil) e (v) outras despesas em 31 de dezembro de 2020 R\$15 mil (em 31 de dezembro de 2019 R\$71 mil).

Lucro operacional

Lucro operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$48.324 mil comparativamente a R\$17.154 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$31.170 mil ou 182%. Lucro operacional representou 93% e 48% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de soja em 2020 e a variação nas contas da linha outras receitas (despesas) líquidas decorrentes substancialmente de baixa de ativo imobilizado, cujo valor foi de R\$ 6 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 18.587 mil em 31 de dezembro de 2019.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$7.884 mil comparativamente a R\$12.784 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$4.900 mil ou -38%. Receitas financeiras representou 15% e 36% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução do saldo devedor de mútuo.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$415 mil comparativamente a R\$1.840 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$1.425 mil ou -77%. Despesas financeiras representou -1% e -5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação refere-se a juros de ITR de 2014 a 2017 e à variação monetária realizada na venda de ativo imobilizado.

Variações cambiais, líquidas

Variações cambiais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$0 mil comparativamente a um prejuízo de R\$96 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$96 mil. Variações cambiais, líquidas representou 0% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variação cambial de empréstimos que foram liquidados em 2020.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$7.469 mil comparativamente a R\$10.848 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$3.379 mil ou -31%. Resultado financeiro representou 14% e 30% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução da Receita Financeira atribuída a mudança de critério de cobrança entre juros entre partes relacionadas.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$55.793 mil comparativamente a R\$28.002 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$27.791 mil ou 99%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 107% e 78% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja no período e a variação da linha de outras receitas (despesas) líquidas.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

Imposto de renda e contribuição social do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$0 mil comparativamente a R\$1.282 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$1.282 mil. Imposto de renda e contribuição social do exercício representou 0% e -4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a que em 2019 houve resultado na alienação de imobilizado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$19.080 mil comparativamente a R\$9.573 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de R\$9.507 mil ou 99%. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos representaram -37% e -27% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social do período.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$36.713 mil comparativamente a R\$17.147 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$19.566 mil ou 114%. Lucro líquido do exercício representou 71% e 48% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja no período e a variação da linha de outras receitas (despesas) líquidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita líquida de vendas	35.923	100%	43.603	192%	-18%
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-239	-1%	-963	-4%	-75%
Custos dos produtos vendidos	-3.948	-11%	-7.079	-31%	-44%
Lucro bruto	31.736	88%	35.561	157%	-11%
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-2.436	-7%	-2.878	-13%	-15%
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	239	1%	-175	0%	-237%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-12.385	-34%	-3.999	-9%	210%
Receitas (despesas) operacionais	-14.582	-41%	-7.052	-31%	107%
Lucro operacional	17.154	48%	28.509	126%	-40%
Receitas financeiras	12.784	36%	9.651	43%	32%
Despesas financeiras	-1.840	-5%	-1.915	-8%	-4%
Variações cambiais, líquidas	-96	0%	-8	0%	1100%
Resultado financeiro	10.848	30%	7.728	34%	40%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.002	78%	36.237	160%	-23%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-1.282	-4%	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-9.573	-27%	-13.563	-60%	-29%
Lucro líquido do exercício	17.147	48%	22.674	100%	-24%

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$35.923 mil comparativamente a R\$43.603 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$7.680 mil ou -18%. Esta redução é atribuída substancialmente a menor receita de soja no período, decorrente de 12% a menos de volume com preço 7% menor quando comparados a igual período do ano anterior.

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$239 mil comparativamente a -R\$963 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$724 mil ou 75%. Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas representou -1% e -2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variação do estoque de passagem entre períodos.

Custos de produtos vendidos

Custos de produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.948 mil comparativamente a R\$7.079 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$3.131 mil ou -44%. Custos de produtos vendidos representou -11% e -16% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. O Custo do produto vendido na Companhia é representado substancialmente pela depreciação dos ativos.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$31.736 mil comparativamente a R\$35.561 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$3.825 mil ou -11%. Lucro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

bruto representou 88% e 82% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a queda da receita de soja comercializada no período.

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.436 mil comparativamente a R\$2.878 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$442 mil ou -15%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representou -7% e -7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à redução de pessoal devido às transferências de controle das algodozeiras para Terra Santa Agro e a avaliação que identificou recuperabilidade em créditos de impostos.

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$239 mil comparativamente a -R\$175 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$414 mil. Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis representou 1% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$12.385 mil comparativamente a um prejuízo de -R\$3.999 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$8.386 mil ou 210%. Outras receitas (despesas) líquidas representou -34% e -10% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído a diminuição da receita de soja no período.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$14.582 mil comparativamente a -R\$7.052 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$7.530 mil ou 107%. Receitas (despesas) operacionais representaram -41% e -16% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído a ajuste do ativo imobilizado (áreas agrícolas).

Lucro operacional

Lucro operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$17.154 mil comparativamente a R\$28.509 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$11.355 mil ou -40%. Lucro operacional representou 48% e 65% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a diminuição da receita de soja no período e a variação da linha de outras receitas (despesas) operacionais.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$12.784 mil comparativamente a R\$9.651 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$3.132 mil ou 32%. Receitas financeiras representaram 36% e 22% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a juros ativos sobre contratos de mútuo no período.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.840 mil comparativamente a R\$1.915 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$75 mil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ou -4%. Despesas financeiras representou -5% e -4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a que houve adesão a parcelamento de tributos em 2019, que diminuiu a despesa com pagamento de tributos em atraso.

Variações cambiais, líquidas

Variações cambiais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$96 mil comparativamente a -R\$8 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$88 mil ou 1.100%. Variações cambiais, líquidas representou 0% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a aumento de captação de dívidas em moeda estrangeira no período.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$10.848 mil comparativamente a R\$7.728 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$3.120 mil ou 40%. Resultado financeiro representou 30% e 18% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a juros ativos sobre contratos de mútuo no período.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$28.002 mil comparativamente a R\$36.237 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$8.235 mil ou -23%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 78% e 83% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a menor receita de soja no período.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

Imposto de renda e contribuição social do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.282 mil comparativamente a R\$0 no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$1.282 mil. Imposto de renda e contribuição social do exercício representou -4% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a imposto relativo à venda de área agrícola.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$9.573 mil comparativamente a R\$13.563 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$3.990 mil ou -29%. Imposto de renda e contribuição social diferidos representou -27% e -31% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente diminuição do lucro menor receita de soja no período.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$17.147 mil comparativamente a R\$22.674 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$5.527 mil ou -24%. Lucro líquido do exercício representou 48% e 52% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente diminuição da receita de soja no período

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO											
Circulante	94.086	9%	48.775	6%	13.884	2%	30.260	4%	93%	251%	-54%
Caixa e equivalentes de caixa	23.215	2%	34.198	5%	426	0%	7.616	1%	-32%	7928%	-94%
Contas e receber de clientes	32.326	3%	5	0%	176	0%	135	0%	646420%	-97%	30%
Títulos a receber	29.348	3%	398	0%	2.536	0%	15.757	2%	7274%	-84%	-84%
Estoques	2	0%	1.815	0%	20	0%	2.560	0%	-100%	8975%	-99%
Tributos a recuperar	4.589	0%	6.564	1%	10.417	1%	3.991	0%	-30%	-37%	161%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.258	0%	5.710	1%					-25%	-	-
Despesas antecipadas	348	0%	85	0%	131	0%	191	0%	309%	-35%	-31%
Outros ativos		91%		94%	178	0%	10	0%	-	-100%	1680%
Não Circulante	54.331	9%	74.728	6%	196.641	23%	138.657	17%	-27%	-62%	42%
Títulos a receber	34.027	3%		0%	-		7	0%	-	-	-
Tributos a recuperar	17.622	2%	19.472	3%	24.661	3%	33658	4%	-10%	-21%	-27%
Tributos diferidos	2.555	0%		0%	-		-		-	-	-
Mútuo com partes relacionadas		0%	55.237	7%	171.961	20%	86.502	11%	-100%	-68%	99%
Depósitos judiciais	127	0%	19	0%	19	0%	18.490	2%	568%	0%	-100%
Propriedades para investimento	811.605	80%		0%	-		-		-	-	-
Imobilizado	50.614	5%	629.104	84%	633.017	75%	654.610	79%	-92%	-1%	-3%
Intangível	-		-		1	0%	2	0%	-	-	-50%
Total do Ativo	1.010.636	100%	752.607	100%	843.543	100%	823.529	100%	34%	-11%	2%
PASSIVO											
Circulante	84.859	17%	9.501	1%	1.493	0%	5.164	1%	793%	536%	-71%
Salários e contribuições sociais	-		12	0%	16	0%	37	0%	-	-25%	-57%
Fornecedores	-		17	0%	31	0%	4	0%	-	-45%	675%
Tributos a recolher	-		374	0%	271	0%	355	0%	-	38%	-24%
Adiantamento de clientes	3.623		-		28	0%	2.060	0%	-	-	-99%
Empréstimos e financiamentos	59.087	6%		0%	-		1.087	0%	-	-	-
Tributos parcelados	228	0%	1.114	0%	1.080	0%	1.582	0%	-80%	3%	-32%
Dividendos a pagar	4.930	0%	7.954	1%	-		-		-38%	-	-
Títulos a pagar	7.653	1%	30	0%	67	0%	39	0%	25410%	-55%	72%
Tributos sobre o lucro a recolher	4.654	0%		0%	-		-		-	-	-
Outros tributos a recolher	4.173	0%	374	0%	-		-		1016%	-	-
Outras obrigações	511	0%	29	0%	-		-		1662%	-	-
Passivo não circulante	229.713	23%	94.436	13%	76.674	9%	69.899	8%	143%	23%	10%
Empréstimos e financiamentos	13.280	1%		0%	-		3.062	0%	-	-	-
Tributos parcelados	264	0%	2.429	0%	2.683	0%	2.704	0%	-89%	-9%	-1%
Adiantamentos de clientes	67.634	7%		0%					-	-	-
Títulos a pagar	1.218	0%	414	0%	1.491	0%	1.491	0%	194%	-72%	0%
Tributos diferidos	114.501	11%	91.295	12%	72.215	9%	62.642	8%	25%	26%	15%
Provisão para contingências	32.816	3%	298	0%	285	0%	-		10912%	5%	-
Total do Passivo	314.572	31%	103.937	14%	78.167	9%	75.063	9%	203%	33%	4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital social	673.588	67%	397.390	53%	542.855	64%	898.778	109%	70%	-27%	-40%
Reservas de capital		0%	9.703	1%	9.703	1%	9.703	1%	-100%	0%	0%
Reservas de lucro	15.827	2%	27.398	4%	-		-		-42%	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	6.649	1%	214.179	28%	214.922	28%	225.037	27%	-97%	0%	-4%
Prejuízos acumulados	-		-		-2.104		-385.052	-47%	-	-	-99%
Total patrimônio líquido	696.064	72%	648.670	86%	765.376	91%	748.466	91%	7%	-15%	2%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.010.636	100%	752.607	100%	843.543	100%	823.529	100%	34%	-11%	2%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 94.086 mil, em comparação com R\$ 48.775 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 11% em 31 de dezembro de 2021 e 15% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$ 45.311 mil, equivalente a 93%, decorreu, principalmente em razão das variações abaixo descritas:

- redução da conta de caixa e equivalentes de caixa, de R\$34.198 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 23.215 mil em 31 de dezembro de 2021, explicada pela aplicação de recursos na operação de mútuo com parte relacionada e saldo de mútuo subsequentemente utilizado na compra de ativos com a mesma parte relacionada, bem como pagamento de empréstimos.
- incremento de R\$ 32.321 mil no saldo de contas a receber de clientes, que passou de R\$ 5 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 32.326 mil em 31 de dezembro de 2021. Tal variação decorre do saldo de contas a receber oriundo do faturamento do arrendamento, em 31 de dezembro de 2020 se tratava do recebimento da partilha da produção agrícola de sua controladora à época (Terra Santa Agro), estava no início da colheita da soja.
- incremento de R\$ 28.950 mil no saldo de títulos a receber de clientes, que passou de R\$ 0,3 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 29.348 mil em 31 de dezembro de 2021. Tal variação decorre de títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o recebimento do instrumento financeiro em período superior a noventa dias
- diminuição de R\$ 1.813 mil no saldo de estoques, que passou de R\$1.815 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2 mil em 31 de dezembro de 2021. A companhia deixa de possuir produto agrícola na operação, dessa forma em 31 de dezembro de 2021 o saldo remanescente se trata apenas de EPI.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 54.331 mil, em comparação com R\$ 74.728 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 5% em 31 de dezembro de 2021 e 10% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução, de R\$ 20.397 mil, decorreu, principalmente, em razão da diminuição de R\$ 55.237 mil no saldo de partes relacionadas, devido a liquidação do saldo de mútuos entre as duas empresas devido a reorganização societária e em contrapartida em 31 de dezembro de 2021 temos o saldo de R\$ 34.027 referente aos títulos a receber do acordo de associação.

Imobilizado e Propriedades para investimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, o imobilizado era de R\$ 50.614 mil, em comparação com R\$ 629.104 mil em 31 de dezembro de 2020.

Até 31 de julho de 2021, o ativo imobilizado consolidado incluía o custo atribuído de terras no montante de R\$ 356.179, originado na TESA, com a aquisição da Maeda S.A. Agroindustrial, em 23 de dezembro de 2010 e, posteriormente incorporada na controlada TS Brasil, e na Vanguarda Participações S.A. em 6 de setembro de 2011, o qual foi aportado na TS Brasil, quando essas entidades eram mantidas sob o controle comum da TESA. Em 1º de setembro de 2021, essas terras deixaram de ser utilizadas em contratos de parceria agrícola e foram objeto de contrato de arrendamento com a antiga controladora da Companhia, passando a ser classificadas como Propriedades para investimento, nas demonstrações financeiras consolidadas.

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com contratos de arrendamento. As propriedades para investimento estão mensuradas ao custo histórico dos ativos adquiridos ou integralizados na controlada. A mensuração das propriedades para investimento da Companhia e de sua controlada inclui o montante do custo atribuído às referidas propriedades.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$ 84.859 mil, em comparação com R\$ 9.501 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo, o passivo circulante era de 8% em 31 de dezembro de 2021 e 1% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$ 75.358 mil, decorreu, principalmente, do aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil devido a reorganização societária na Terra Santa por conta da negociação com a SLC Agrícola:

- incremento de 59.087 mil, no saldo de empréstimos e financiamentos que passou de R\$ 0 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 59.087 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento é explicado pelo aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil devido a reorganização societária na Terra Santa por conta da negociação com a SLC Agrícola.
- diminuição de R\$ 3.024 mil, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$ 7.954 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.930 mil em 31 de dezembro de 2021. O cálculo reflete os dividendos obrigatórios no lucro obtido no exercício de 2021, excluindo o valor integralizado ao capital social na reorganização societária.
- incremento de R\$ 3.623 mil referente a adiantamento de clientes onde a TS Brasil recebeu adiantamentos da TESA em razão dos contratos de arrendamento firmados, com duração de 20 anos, e estimativa de finalização em agosto de 2041. A administração entende que esses adiantamentos possuem um componente de financiamento significativo, uma vez que está recebendo à vista os fluxos de caixa de longo prazo, caracterizando-se como um passivo de contrato. Dessa forma, esses adiantamentos são atualizados com base na taxa de juros média de captação da Companhia e de sua controlada apurada na data do adiantamento, e serão deduzidos dos pagamentos anuais devidos pela TESA, de forma linear durante o prazo de duração dos contratos
- incremento de R\$ 7.623 mil, no saldo de títulos a pagar, que passou de R\$ 30 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7.653 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento é explicado por R\$ 4.309 de dívida migrada e recepcionada pela Companhia, correspondente a outorga realizada pela TESA à executiva da Companhia, R\$ 3.071 referente a títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o pagamento com a entrega de instrumentos financeiros, em período inferior a um ano e, portanto, avaliado pela administração como não contendo nenhum elemento de financiamento. Como consequência, os títulos a pagar não foram ajustados pelo valor do dinheiro no tempo. E o montante de R\$ 1.352 referente a honorários advocatícios e R\$ 139 referente a outros títulos a pagar.
- incremento de R\$ 3.799 mil, no saldo de outros tributos a recolher, que passou de R\$ 374 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.173 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento é explicado por valores de impostos apurados no fechamento do exercício decorrentes das operações da Companhia, sendo para 2021 IOF no montante de R\$ 2.208, IRRF no montante de R\$ 967 mil, Pis/Cofins no montante de R\$ 952 mil e R\$ 46 referente a outros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- incremento de R\$ 482 mil, no saldo de outras obrigações, que passou de R\$ 29 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 511 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento é explicado por R\$ 254 mil de bônus retention, R\$ 107 de Férias, R\$ 100 de INSS, R\$ 21 de encargos sobre férias.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$229.713 mil, em comparação com R\$94.436 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 23% em 31 de dezembro de 2021 e 13% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 135,277 mil decorreu, principalmente, em razão do recebimento do adiantamento de arrendamento R\$67.634, aumento no saldo de tributos diferidos R\$ 23.206, esse aumento dos tributos diferidos deve-se por conta principalmente do acordo de associação, R\$ 32.518 referente ao aumento da provisão de contingência, R\$ 13.280 refere-se ao empréstimo que veio através do acervo líquido e -R\$ 1.361 refere-se a títulos a pagar e tributos parcelados.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 673.588, dividido em 96.226.962 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, resultado da integralização realizada pela TESA, na Companhia, representado por ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social nas demonstrações financeiras consolidadas é representado pelo capital social da TS Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 6.649 refere-se aos ativos e passivos originados na contabilização do efeito líquido do Acordo foram reconhecidos em contrapartida da conta de Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia, como uma transação de capital com acionistas, considerando se tratar de operação realizada no contexto da reorganização societária conduzida pelos acionistas da TESA e da Companhia, na condição de controladores dessas empresas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$43.065 mil, em comparação com R\$13.884 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 6% em 31 de dezembro de 2020 e 2% em 31 de dezembro de 2019. O incremento do ativo circulante ocorreu principalmente em razão das variações abaixo descritas:

- incremento de R\$ 33.772 mil, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$426 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$34.198 mil em 31 de dezembro de 2020, em decorrência, substancialmente, por recursos recebidos em contratos de mútuo.
- aumento de R\$ 1.795 mil, no saldo de estoques, que passou de R\$20 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.815 mil em 31 de dezembro de 2020.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$80.438 mil, em comparação com R\$196.641 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 11% em 31 de dezembro de 2020 e 23% em 31 de dezembro de 2019.

Esta redução, de R\$116.203 mil, decorreu, principalmente da diminuição do saldo de mútuo com partes relacionadas, que passou de R\$171.961 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$55.237 mil em 31 de dezembro de 2020.

Passivo circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$9.501 mil, em comparação com R\$1.493 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 1% em 31 de dezembro de 2020 e 0% em 31 de dezembro de 2019.

Este aumento, de R\$8.008 mil, se deve principalmente ao aumento de dividendos a pagar, que passou de R\$0 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$7.954 em 31 de dezembro de 2020.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$94.436 mil, em comparação com R\$76.674 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 13% em 31 de dezembro de 2020 e 9% em 31 de dezembro de 2019.

Este aumento, de R\$17.762 mil, ocorreu principalmente em razão do aumento de R\$ 19.080 no saldo de tributos diferidos que passou de R\$72.215 em 31 de dezembro de 2019 para R\$91.295 em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020, o ajuste de avaliação patrimonial era de R\$214.179 mil, em comparação com R\$214.922 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$743 ocorreu, principalmente, em razão de depreciação de ativos, que dão origem ao ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*).

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$648.670 mil, em comparação com R\$ 765.376 mil em 31 de dezembro de 2019, uma queda de R\$ 116.706 mil

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$13.884 mil, em comparação com R\$30.260 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 2% em 31 de dezembro de 2019 e 4% em 31 de dezembro de 2018.

Esta redução, de R\$16.376 mil, decorreu, principalmente, em razão das variações abaixo descritas:

- redução de ou R\$ 7.190 mil, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$7.616 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$426 mil em 31 de dezembro de 2019.
- redução de R\$ 13.221 mil, no saldo de títulos a receber, que passou de R\$15.757 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.536 mil em 31 de dezembro de 2019.
- redução R\$ 2.540 mil, no saldo de estoques, que passou de R\$2.560 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$20 mil em 31 de dezembro de 2019.
- aumento no saldo de tributos a recuperar, que passou de R\$3.991 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$10.417 mil em 31 de dezembro de 2019.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$196.641 mil, em comparação com R\$138.657 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 23% em 31 de dezembro de 2019 e 17% em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Este aumento, de R\$57.984 mil, decorreu, principalmente pelo aumento do saldo de mútuo com partes relacionadas, que passou de R\$86.502 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$171.961 mil em 31 de dezembro de 2019.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$1.493 mil, em comparação com R\$5.164 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 0% em 31 de dezembro de 2019 e 1% em 31 de dezembro de 2018.

Esta redução, de R\$3.671 mil decorreu principalmente das variações abaixo descritas:

(i) redução de R\$ 2.032 mil, no saldo de adiantamento de clientes, que passou de R\$2.060 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$28 mil em 31 de dezembro de 2019.

(ii) redução de, ou R\$ 1.087 mil, no saldo de empréstimos e financiamentos, que passou de R\$1.087 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$0 mil em 31 de dezembro de 2019.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$76.674 mil, em comparação com R\$69.899 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 9% em 31 de dezembro de 2019 e 8% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$6.775 mil, decorreu, principalmente em razão do aumento no saldo de tributos diferidos, que passou de R\$62.642 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$72.215 mil em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$765.376 mil, em comparação com R\$748.466 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$16.910 mil

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 compreende as receitas de contratos com clientes, as quais foram originadas na venda de produtos agrícolas produzidos em regime de parceria agrícola, e as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas a partir de 1º de setembro de 2021 e que representa o novo modelo de negócio do Grupo.

Os exercícios findos em 2020, 2019 e 2018, a sustentação das receitas foi apurada com a venda dos produtos agrícolas pela Companhia em operação de parceria.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Conforme os comentários da Diretoria apresentados no item 10.1(h) deste Formulário de Referência, os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelo preço das commodities agrícolas.

Ainda, a totalidade da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 advém de um único cliente. Eventual inadimplência por tal cliente, por qualquer razão, incluindo dificuldades temporárias ou permanentes em seus negócios ou em suas condições financeiras, pode nos afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita de arrendamento é proveniente de arrendamentos operacionais e é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento. Os arrendamentos para os quais a Companhia e sua controlada não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente são tratados como contratos de aluguel.

A receita desses contratos de arrendamento é determinada por ano-safra e é mensurada com base na multiplicação de uma quantidade fixa de sacas de soja de 60 quilos por hectare arrendado, a depender se área útil ou não, valorizada pela cotação de mercado da commodity para os meses de janeiro a agosto, do ano safra, líquida dos tributos sobre venda, a serem obtidas com potenciais compradores, já definido entre as partes.

Os resultados das operações agrícolas são influenciados pela área plantada com cada cultura e pela produtividade obtida nas terras cedidas em parceria agrícola, além da variação do preço das *commodities* agrícolas. A receita está atrelada à variação do preço das *commodities*, estas vinculadas à cotação do dólar e, consequentemente, as nossas receitas sofrem indiretamente impactos pela variação cambial. O quadro abaixo demonstra a quantidade de produto recebida e faturada em parceria agrícola pela Companhia, além do preço unitário praticado.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Quantidade faturada (t)	2021	2020	2019	2018
Soja		38.775	30.022	34.153
Milho		23.116	19.059	28.874
Algodão	3.204			

Preço Médio de Venda (R\$/t) ³	2021	2020	2019	2018
Soja		1.032,01	918,63	993,00
Milho		326,09	360,46	333,34
Algodão	7.728,15			

A produção de algumas commodities agrícolas como soja, milho, algodão entre outras, podem ser precificadas em reais ou em dólares por unidade de peso. A exposição ao dólar somente ocorre quando a *commodity* agrícola tem seu preço fixado em moeda norte-americana por unidade de peso. Neste caso, faz-se necessário o também monitoramento da exposição cambial.

Já a inflação não impacta diretamente na variação das nossas receitas, pois os produtos são commodities agrícolas negociadas internacionalmente, com cotações negociadas em bolsa de valores, cujos preços obedecem à conjuntura de oferta e demanda nacional e mundial.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Estamos sujeitos a diversos fatores que afetam os nossos resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

- o ambiente macroeconômico brasileiro; e
- a inflação e disponibilidade de crédito.

Ambiente macroeconômico brasileiro: Atuamos no Brasil e, portanto, a maioria das nossas receitas, despesas e ativos é auferida em reais. Consequentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego e disponibilidade de crédito podem afetar os resultados das nossas operações. Nossos resultados das operações também são afetados pelas flutuações cambiais. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos serviços e poderá afetar nosso resultado das operações.

Taxas de juros: O Banco Central altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente nossas despesas financeiras, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito, o que influencia nossas operações.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.8 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2021

As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e a sua adoção não teve impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- **Reforma da IBOR:** Fase 2 – Alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 – “Instrumentos Financeiros”, ao IFRS 16/CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”, ao IFRS 4/CPC 11 – “Contrato de Seguros”. A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:
 - (i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.
 - (ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”: prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação do contrato, até 30 de junho de 2022.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2020

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2019

CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 / IFRS 16 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia mantém contrato com a Terra Santa Agro, sua antiga controladora, para a produção agrícola, em caráter de parceira, de soja, milho e algodão, sobre o qual detém a propriedade sobre 25% da produção bruta de grãos e 13% da produção de pluma de algodão apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

variável atrelada a índice ou taxa. Nessa operação de parceria agrícola, a Companhia contribui com suas terras e benfeitorias para ter direito aos referidos percentuais da produção agrícola.

Na avaliação da administração, a referida operação não está sob o escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando que não há qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhece qualquer obrigação a pagar para a Companhia, haja vista que não controla a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria.

Ainda conforme a avaliação da administração, o fluxo de caixa de suas operações é originado pela venda da sua parcela na produção agrícola originada na parceria. A receita de venda da sua produção agrícola é obtida mediante transações realizadas com terceiros ou com a Terra Santa Agro, por meio de contratos firmados antes da colheita e com base na melhor estimativa de sua produção.

O entendimento da Companhia encontra respaldo nas práticas de mercado, o qual não reconhece obrigação a pagar no reconhecimento de operações de parceria agrícola pura com a total divisão dos riscos e benefícios da operação. Todavia, caso interpretasse que os frutos dessa parceria resultassem em receita de arrendamento operacional, não haveria impacto material na apresentação de suas demonstrações financeiras, haja vista que não haveria qualquer alteração na apresentação do seu balanço patrimonial, ou ainda no momento de reconhecimento do ganho ou dos fluxos de caixa. Ademais, considerando que os estoques de produtos agrícolas são imediatamente vendidos no momento de sua colheita, a eventual apresentação dessa receita como receita de arrendamento ao invés de receita de vendas de produtos agrícolas não é relevante para a interpretação dos usuários das demonstrações financeiras da Companhia.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2018**CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes**

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 (R1). De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. A Administração avaliou e não identificou efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa ou requer julgamento significativo.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos**

Na avaliação da administração, a operação de parceria agrícola não está sob o escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando que não há qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhece qualquer obrigação a pagar para a Companhia, haja vista que não controla a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria. Por essa razão, a posição patrimonial e os resultados da Companhia não sofreram nenhum impacto na adoção na norma.

CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida que a Companhia e suas controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018, possuem os seguintes parágrafos de ênfases:

Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021**Ênfases:**

“Chamamos atenção para as Notas 1.2 e 2 às demonstrações financeiras, que descrevem que as demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, referem-se às demonstrações financeiras da TS Brasil S.A., integralizada na Companhia em 31 de março de 2021 no contexto da reorganização de capital da Terra Santa Agro S.A., controladora comum da Companhia e da TS Brasil S.A. na época da reorganização. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Comentários da Administração: Em decorrência da reorganização societária descrita no item 15.8 deste Formulário de Referência, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018 são apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil S.A., tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras.

“Chamamos a atenção para a Nota 10 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e sua controlada mantiveram, em 2021, transações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Comentários da Administração: Nas referidas demonstrações financeiras, há um parágrafo de ênfase acerca de transações com partes relacionadas, chamando a atenção para a sua divulgação. As operações com partes relacionadas fazem parte das transações normais e usuais do grupo, conduzidas durante o curso regular de seus negócios, conforme divulgado em notas explicativas, tais como venda de *commodities* (soja e milho), remuneração financeira sobre contratos de mútuo, compra e venda de ativos (conforme o caso). Ressalta-se que, tendo em vista a conclusão da Reorganização Societária, as transações acima descritas não mais se dão com partes relacionadas, visto que a Terra Santa Agro passou a ser uma controlada da SLC Agrícola, conforme descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência.

Demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesÊnfase:

“Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 10 e 23.1 às demonstrações financeiras, que demonstram que a Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora em montantes significativos em relação a sua posição patrimonial e financeira e ao desempenho de suas operações. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”

Comentários da Administração: Nas referidas demonstrações financeiras, há um parágrafo de ênfase acerca de transações com partes relacionadas, chamando a atenção para a sua divulgação. As operações com partes relacionadas fazem parte das transações normais e usuais do grupo, conduzidas durante o curso regular de seus negócios, conforme divulgado em notas explicativas, tais como venda de *commodities* (soja e milho), remuneração financeira sobre contratos de mútuo, compra e venda de ativos (conforme o caso). Ressalta-se que, tendo em vista a conclusão da Reorganização Societária, as transações acima descritas não mais se dão com partes relacionadas, visto que a Terra Santa Agro passou a ser uma controlada da SLC Agrícola, conforme descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos no consolidado incluem o montante de R\$ 17.202 (R\$ 29.016 em 2020) reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados, somente na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Em 2021, esse montante inclui créditos tributários apurados na Companhia, para os quais a realização é estimada pela administração mediante a implementação de plano de negócio entre as empresas do Grupo, o qual já está em fase de implementação na data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada reconhecem tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A administração da Companhia e de sua controlada entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucros tributáveis futuros estimados com base nos seus planos de negócios. As premissas utilizadas pela administração para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos a renda consideram os riscos de mudanças climáticas nos negócios da Companhia e de sua controlada.

Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Receita de arrendamento**

O reconhecimento da receita de arrendamento operacional é realizado de forma linear durante o exercício social da Companhia e de sua controlada, e considera a melhor estimativa de preço de comercialização da soja a ser confirmado apenas o início do exercício social seguinte. Dessa forma, a receita com arrendamento operacional reconhecida mensalmente nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser alterada quando da determinação do preço final da receita do ano-safra. Para a safra 2021/2022 a TS Brasil já definiu o preço correspondente (preço já fixado) para 100% do volume.

Prazo de realização dos direitos do Acordo

Para a determinação do valor justo dos direitos do Acordo (Nota 1.3) a administração, com base na sua melhor estimativa, determinou o montante dos títulos correspondente aos tributos a recuperar registrados na TESA serão utilizados, e conseqüentemente a Companhia será reembolsada, em até quatro anos. Essa estimativa foi constituída com base na melhor estimativa de ressarcimento dos pedidos de ressarcimento já realizados pela TESA, bem como pelo consumo dos créditos tributários no curso normal das operações da TESA.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Impactos da COVID-19 em nossas atividades

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus.

Até 31 de dezembro de 2021, a desvalorização cambial afetou as demonstrações financeiras da Companhia, impactando de forma positiva o lucro operacional. A receita líquida da Companhia cresceu 100% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. No curto prazo, a administração não espera impactos negativos em suas operações.

Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades administrativas da Companhia estão ocorrendo em regime de home-office e revezamento desde março de 2020, e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

Demonstrações Financeiras

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021 no contexto da reorganização societária da Terra Santa Agro, a qual foi conduzida por seus antigos acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da Terra Santa Agro para a SLC Agrícola S.A. Como resultado dessa reorganização societária, a Companhia se tornou uma *holding* não operacional, cuja sua subsidiária TS Brasil (anteriormente subsidiária da Terra Santa Agro), é a atual responsável pela gestão das terras e benfeitorias localizadas nas terras que pertenciam à Terra Santa Agro, visto que a TS Brasil não é parte da referida transação.

Em decorrência do exposto acima, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020 e 2019 e 2018 utilizadas como base para este Formulário de Referência estão sendo apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil, tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020 e 2019, as quais são utilizadas como base para este Formulário de Referência, correspondem às demonstrações financeiras da TS Brasil, sendo que, em 31 de março de 2021, a Terra Santa Agro integralizou, na Companhia, acervo líquido representado, dentre outros, pelo seu investimento na TS Brasil.

Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 10.